

LIVRO DIDÁTICO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MATERIAL E LIVRO DIDÁTICO

Alliny Kássia da Silva (UFT)

alline.uft@gmail.com

Janete Silva dos Santos (UFT)

janetesantos@mail.edu.br

RESUMO

Neste trabalho, discutimos pontos do Plano Nacional de Material e Livro Didático (PNLD), objetivando destacar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o livro didático (LD), na perspectiva da educação especial e inclusiva de alunos com deficiência. Trata-se de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, cujo *corpus* se constitui de levantamento de pesquisas que tematizam o Livro Didático acessível na perspectiva do PNLD, com foco na educação inclusiva. Esse levantamento foi feito com base principalmente nos títulos de trabalhos acadêmicos. No decorrer da pesquisa, identificamos que a história do LD acessível ao público da educação inclusiva é contada através de uma sequência de dispositivos que normatizaram e implementaram as políticas para a adaptação em Braille e em Libras. Os dispositivos são escassos e muito há o que progredir no que concerne ao debate da acessibilidade ao ensino por meio do livro didático adaptado, por ser, em muitos casos, o único instrumento de ensino utilizado em sala de aula pelo(a) professor(a).

Palavras-chave:

PNLD. Educação Inclusiva. Livro Didático Acessível.

ABSTRACT

In this paper, we discuss points of the National Material and Textbook Plan (PNLD), aiming to highlight the development of public policies aimed at the textbook (LD), from the perspective of special and inclusive education for students with disabilities. It is a documentary research with a qualitative approach, whose corpus consists of a survey of research that addresses the Didactic Book accessible from the perspective of the PNLD, with a focus on inclusive education. This survey was based mainly on the titles of academic papers. During the research, we identified that the history of LD accessible to the public of inclusive education is told through a sequence of devices that standardized and implemented policies for adaptation in Braille and Libras. The devices are scarce and there is much to be progressed with regard to the debate on accessibility to teaching through the adapted textbook, as in many cases it is the only teaching instrument used in the classroom by the teacher.

Keywords:

PNLD. Inclusive Education. Accessible Textbook.

1. Introdução

Dentre as principais discussões relacionadas ao ensino e aprendizagem, o Livro Didático (LD) certamente ocupa um lugar de destaque. Isso porque, presente na rotina escolar, o LD assume, dentre outras, forte influência no ensino, visto que em muitos casos é a única ferramenta disponível para mediar o ensino e a aprendizagem em sala de aula. Esse fato garantiu ao LD um amplo espaço nos estudos de linguistas aplicados preocupados com essa influência no ensino de Língua materna e língua estrangeira (CORACINI, 1999).

O LD, ao organizar os objetos de ensino obrigatórios, propostos pelos documentos oficiais, é uma “(...) poderosa ferramenta de unificação – até de uniformização – nacional, linguística, cultural e ideológica” (CHOPPIN 1998, p. 169). Diante desse cenário, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: são garantidas ao aluno com deficiência, incluído na sala de aula regular, oportunidades equitativas de acessibilidade aos conteúdos ensinados em sala de aula por meio de um livro didático adaptado?

Para responder a essa pergunta, realizamos uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, cujo *corpus* se constitui de levantamentos de pesquisas que discutem o Livro Didático acessível na perspectiva do PNLD, com foco na educação inclusiva. Esse levantamento foi feito com base principalmente nos títulos de trabalhos. Houve, no PNLD de 2020, uma ampliação do atendimento do Livro Didático Acessível a alunos com deficiência de todas as séries. Objetivamos, assim, mapear pesquisas com esse foco e destacar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o livro e material didático, na perspectiva da educação especial e inclusiva de alunos com deficiência.

A Educação inclusiva é uma realidade desde a Constituição Federal de 1988 (CF 88), que garantiu o direito à educação de pessoas com deficiências, preferencialmente, em escolas regulares. Desde a promulgação da CF 88 até o ano de 2019¹, diversos dispositivos legais foram aprovados com vistas a garantir a inclusão de pessoas com deficiências,

¹ No dia 30 de setembro de 2020 o atual Governo publicou o Decreto nº 10.502, que instituiu a nova Política Nacional de Educação Especial, sendo considerada por muitos especialistas da educação especial e inclusiva, agentes públicos, pais e alunos com deficiência, como o decreto da exclusão, ao propor aos Estados e Municípios a criação de duas novas modalidades de ensino às pessoas com deficiência: salas e/ou escolas especiais e salas e/ou escolas bilíngues para surdos. (BRASIL, 2020)

não somente na escola, mas em todos os setores da sociedade, cujos espaços lhes foram por muito tempo negados.

No âmbito da educação, a filosofia inclusiva busca ressignificar o papel da escola, cobrando das instituições muito além da defesa da igualdade, como o direito à diferença e a garantia do ensino de qualidade, indiscriminadamente. Essa melhoria no ensino exige um complexo de mudanças, que vão desde a estrutura física – acessibilidade, passando pela estrutura educacional – currículo, formação docente e qualificação de seus técnicos – até chegar à remoção das barreiras atitudinais, relacionadas à erradicação de todas as formas de preconceito e discriminação (SILVA, 2015).

Diante disso, para responder os questionamentos que motivaram a realização desta pesquisa, realizamos um levantamento historiográfico das políticas do livro didático na perspectiva da educação inclusiva, bem como um levantamento sobre como o PNLD acessível e/ou o livro didático acessível tem sido abordado pelas pesquisas acadêmica, principalmente no que diz respeito à implementação dessas políticas na sala de aula.

Desse modo, este artigo está organizado em duas seções, além da introdução e das considerações finais: (i) Políticas públicas para o livro didático: o PNLD em foco; (ii) Pesquisas científicas voltadas para acessibilidade através do LD.

2. Políticas públicas para o livro didático: o PNLD em foco

A concepção de LD adotada nesta pesquisa é a mesma concebida por Choppin (1998, p. 169), isto é, os livros didáticos são instrumentos de poder constituem “(...) poderosas ferramentas de unificação – até de uniformização – nacional, linguística, cultural e ideológica”. Além dessa concepção, há posicionamentos que destacam o livro didático como um instrumento pedagógico, com métodos e técnicas de ensino dos conteúdos obrigatórios propostos pelos documentos oficiais que normatizam o ensino.

As narrativas históricas do LD estão indissociavelmente entrelaçadas às ações políticas. Sobre isso, Freitag *et al.* (1987) afirmam que o LD não tem uma história própria, mas uma sequência de decretos e leis que só fazem sentido quando são interpretados tendo por base o contexto político brasileiro.

Oficialmente, o LD surgiu no Brasil em 1937 com a criação do Instituto Nacional do Livro – INL, órgão subordinado ao Ministério da Educação, por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, cuja finalidade, entre outras, era organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional. O INL foi estruturado em setores operacionais, dentre eles, o setor responsável pelo planejamento de todas as ações relacionadas ao LD, inclusive a sua produção e distribuição (BRASIL, 1937; FREITAG *et al.* 1987).

Em 1938, o Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro, estabelece as condições de produção, importação e utilização do LD, isto é, somente os LD's autorizados pelo Governo poderiam ser adotados pelas escolas em todo o Brasil. Para isso, foi constituída a Comissão Nacional do Livro Didático, de caráter permanente, composta por sete membros indicados pelo Presidente da República, sendo ampliada para dezessete membros no ano de 1939.

A comissão detinha total controle sobre os conteúdos que deveriam ser inseridos nos livros didáticos, fazendo com que o LD fosse bastante utilizado durante o período da ditadura militar para reproduzir as ideologias do Estado, visto ser o único instrumento utilizado pelo professor, que por sua vez, detinha pouca formação para atuar em sala de aula (CASSIANO *et al.*, 2007).

A partir dos anos 1940, os novos professores, formados pela Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências, iniciaram um debate sobre a urgente necessidade de reformulação do ensino e dos métodos didáticos, o que provocou a discussão em torno da função e da qualidade dos LD's utilizados nas escolas públicas. De acordo com Filgueras (2011),

[...] O “problema do livro didático” estava em discussão no Ministério da Educação, nos meios acadêmicos e no Congresso Nacional. Nos espaços internacionais, com o crescimento da Guerra Fria, a Unesco organizava debates sobre a necessidade de se regular e controlar os livros didáticos. Segundo documento da Organização, no pós-guerra, uma das metas daquele órgão era indicar a revisão dos manuais escolares, sobretudo livros de História e Geografia, procurando eliminar conteúdos que apresentassem estereótipos e preconceitos contra os diferentes povos. (FILGUE-RAS, 2011, p. 3) (grifos da autora)

Diante desse contexto, em 1952, o Governo criou, representado pelo então diretor do Inep, Anísio Teixeira, a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME). O objetivo principal era avaliar os

LD's em circulação para propor novos LD's a serem utilizados. (FILGUERAS, 2011).

Até a década de 1950 não havia políticas destinadas à produção, aquisição e divulgação de Livros e/ou materiais didáticos voltados para as pessoas com deficiências. Uma possível causa seria o fato de que, até meados da década de 1980, prevalecia, dentro das instituições especializadas, o modelo médico de deficiência, ou seja, o atendimento médico e sessões de reabilitação feitas por fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos eram priorizados. As atividades escolares eram relegadas a segundo plano, pois o aprendizado não era considerado, na grande maioria dos casos, como algo possível para aqueles que possuíam deficiências (GLAT *et al.*, 2005).

Voltando para os aspectos históricos do Livro Didático no Brasil, em 1966, foi criada a Comissão Técnica do Livro Didático (COTELD), resultado de um convênio firmado entre o MEC e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Essa comissão detinha total controle de fabricação do livro, desde a ilustração, editoração até a distribuição nas escolas. Em um período de três anos a COTELD distribuiu, gratuitamente, 51 milhões de LD's (FREITAG *et al.*, 1987).

Essa comissão foi extinta em 1971, dando lugar para outro programa de distribuição de livros didáticos, o Programa do Livro Didático (PLID), de responsabilidade da Fundação Nacional de Material Escolar (FUNAME), criada em 1976 e substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão responsável pela execução das políticas educacionais no período de 1983 até 1997 (FREITAG *et al.*, 1985; CASSIANO *et al.*, 2007).

O Programa Nacional do Livro didático (PNLD), criado através do Decreto nº 91.540, de 19 de agosto de 1985, surge num contexto de redemocratização do Brasil, que saía de um regime ditatorial de 21 anos (1964–1985), com a eleição de Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir a presidência, assumindo o seu vice, José Sarney.

Cassiano *et al.* (2007), afirma que o PNLD é uma referência de política pública educacional no processo de redemocratização no Brasil. Com a finalidade de selecionar e distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas, o programa trouxe mudanças significativas, como a inclusão do professor no processo de escolha dos LD's, a

reutilização dos Livros no ano subseqüente e o fim da contrapartida financeira dos estados (FREITAG *et al.*, 1987; CASSIANO *et al.*, 2007).

O processo de avaliação dos livros didáticos começa a partir de 1996, ano em que é lançado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª série, em que foram excluídos, segundo avaliação do MEC, os livros que apresentavam “erros conceituais”, “preconceitos”, “discriminação de qualquer tipo” ou “indução a erros” (SILVA *et al.*, 2014).

Nos anos seguintes, o programa passou por muitas ampliações e modificações, desde a aquisição de dicionários para os alunos matriculados, e posteriormente a distribuição de dicionários somente às bibliotecas, passando por modificações que visavam a ampliação do atendimento a todos os níveis de ensino e disciplinas, até a regulamentação de procedimentos voltados para produção e distribuição de materiais didáticos (SILVA *et al.*, 2014).

A partir dessa contextualização, passaremos, a seguir, a abordar os aspectos históricos e políticos do PNLD na perspectiva inclusiva de alunos com deficiência.

2.1. O PNLD na perspectiva Inclusiva

No âmbito das políticas voltadas para um LD acessível, em 1999 ocorre a transcrição, em caráter experimental, de 20 títulos de livros no sistema Braile e entregues aos centros especializados em atendimento às pessoas com deficiência visual no Brasil. No ano seguinte, houve uma ampliação para 90 títulos, entregues em 350 escolas especiais e beneficiando 543 alunos cegos (BARBOSA *et al.*, 2014).

O direito da pessoa com deficiência à leitura passou a ser garantido, oficialmente, através da Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro e reconheceu os arquivos disponibilizados em meio digital, magnético, ótico e impressos em Braile,² na mesma categoria dos livros impressos, inserindo-os em todas as políticas direcionadas a livros convencionais. Com isso, o Governo passa a regulamentar o processo de editoração e impressão de livros em Braille, e no controle de qualidade dos materiais adaptados, visando a um material

² O Sistema de grafia Braile para a Língua Portuguesa foi aprovado em 2002, através da Portaria MEC 2.678, de 24 de setembro de 2002, que além de aprovar o sistema, recomenda o seu uso em todo o território nacional.

isento de erros, oportunizando aos alunos com deficiências o acesso aos mesmos conteúdos que os demais, mas, ao mesmo tempo, adaptados às suas peculiaridades (BRASIL, 2003).

No ano de 2007, o governo aprova a distribuição do primeiro LD digital bilíngue em língua escrita e língua de sinais do mundo. O processo de elaboração, aprovação e distribuição do LD em LIBRAS³ durou um período de dois anos, sendo distribuída para mais de 20 mil alunos surdos⁴ (RAMOS, 2013).

No entanto, de acordo com os estudos de Lima (2018), a disponibilização de LD's em LIBRAS nas escolas não contou com políticas voltadas para a qualificação do professor, que o instruisse a utilizar o LD adaptado em sala de aula. Além disso, outro ponto negativo destacado pela autora foi a adaptação de poucas coleções de LD's convencionais, fatores que atrapalharam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos (LIMA, 2018).

Avançado na historiografia do PNLD, destacamos o Decreto nº 7.084/2010, que institui o “Projeto Livro Acessível”, com a finalidade de promover a acessibilidade de alunos com deficiência, matriculados na educação básica, através do desenvolvimento de Tecnologias Assistivas que possibilitam acessar o texto didático por meio de audiodescrição⁵, “caractere ampliado e diversas funcionalidades de navegação pela estrutura do livro” (MEC, 2010).

Em 2017, o então Presidente da República, Michel Temer, publicou o Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017, que revogou o decreto 7.084/2010, que regulamentava o PNLD, promovendo alterações conceituais na política do LD. Dentre as principais mudanças, destaca-se o

3 Os livros foram entregues no formato impresso e em CD-ROM, que por sua vez possui, ao final de cada item, atividade ou questão, um link que ao ser clicado leva o aluno para a apresentação do conteúdo feita por um intérprete em LIBRAS.

4 O livro digital em Libras é uma produção da Editora Arara Azul, especializada em produzir materiais e ofertar serviços tendo como público-alvo pessoas surdas e profissionais que atuam na área da surdez.

5 Audiodescrição é um recurso de acessibilidade que objetiva a descrição de toda e qualquer informação essencial para que as pessoas cegas ou com baixa visão tenham acesso ao evento visual de forma igualitária, ou seja, ao mesmo tempo em que as pessoas videntes. Pode ser descrição de uma pintura, de um desenho, de um gráfico ou de uma escultura presente no livro didático (SANTOS, 2017).

retorno do livro consumível – isto é, os alunos de 1º ao 5º ano não precisariam devolver o livro didático ao final do período letivo.

Na nova sistemática introduzida na PNLD, a avaliação do LD deixou de ser feita, exclusivamente, pelos professores das universidades públicas, passando o material a ser avaliados por uma equipe multidisciplinar compostas por especialistas de diversas áreas de conhecimento, bem como por professores da educação básica, e, do ensino superior, englobando docentes de instituições públicas e privadas.

No que se refere aos dispositivos que tratam dos livros e materiais didáticos destinados às pessoas com deficiências, os professores com deficiência figuram também como públicos-alvo dos programas, tornando obrigatória a previsão nos editais do PNLD para que os participantes apresentem os materiais em formatos acessíveis⁶.

Art. 25. O Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade no PNLD, destinados aos estudantes e aos professores com deficiência. Parágrafo único. Os editais do PNLD deverão prever as obrigações para os participantes relativas aos formatos acessíveis. (BRASIL, 2017)

Além das políticas para as adaptações do livro didático para atendimento dos alunos com deficiência, constam ainda nas políticas do governo, o desenvolvimento e distribuição de materiais didáticos ampliados, reproduzidos em alto relevo, em película transparente de PVC (denominados de grafo táteis) e os tridimensionais, nas redes públicas de ensino, instituições filantrópicas e bibliotecas.

Em 2019, o Livro em Braile-Tinta e em letras ampliadas chega às salas de aula, segundo MEC, dentro das normas da nova BNCC, com os mesmos conteúdos dos demais livros didáticos, além disso, permitindo que o professor que não tenha conhecimento do código Braile possa compreender e ensinar o conteúdo da mesma forma que faz com o restante da turma.

⁶ O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, artigo 68 estabelece que o " poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. § 1 Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis. (BRASIL, 2015)

O MEC distribuiu 28.743 livros produzidos em Braile-Tinta para alunos do 1^a ao 5^o ano do ensino fundamental. A distribuição dos exemplares foi realizada com base nas matrículas informadas pelo Censo Escolar do ano anterior. Os livros acessíveis não são consumíveis, portanto, podem ser utilizados por outro estudante no ano seguinte. O Governo estabeleceu como meta para 2020a produção do livro em Braile-Tinta para os estudantes cegos ou com baixa visão de todas as séries do ensino fundamental.

2.2. Pesquisas científicas voltadas para acessibilidade através do LD

Para verificarmos como a temática do Livro Didático na perspectiva inclusiva de alunos com deficiência vem sendo abordada nas pesquisas científicas, fizemos um levantamento em três dos bancos de dados de pesquisas científicas: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, *Scielo* e Google Acadêmico.

A pesquisa foi realizada através da inserção das combinações dos seguintes descritores: “PNLD Acessível”, “Livro didático acessível”, Livro didático em Libras”, Livro didático em Braile”, Livro Didático Acessível e Educação Inclusiva”, Livro didático e/ou Educação Inclusiva e Braile ou Libras”, “Livro Didático Digital em Libras”. Foram apresentados 71 resultados entre artigos, capítulos de e-books, dissertações e teses. Aplicamos como critérios de inclusão as pesquisas que fizessem uma abordagem entre o PNLD Acessível, relacionando às práticas de ensino em sala de aula e/ou que abordassem o Livro didático acessível em LIBRAS e/ou em Braile.

Como procedimento de análise e identificação dos estudos na temática que nos interessam averiguar, adotamos os seguintes procedimentos: a) pesquisa da combinação dos descritores acima mencionados; b) leitura dos resumos dos trabalhos apresentados como resultados, com vistas a identificar, através dos objetivos da pesquisa, se o trabalho era voltado para análise e/ou problematização do PNLD na perspectiva inclusiva e/ou do Livro Didático acessível, em LIBRAS ou Braile.

No levantamento feito na Biblioteca Digital de Teses e Dissertação (BDTD), que integra os sistemas de informações das instituições de ensino no Brasil, foram obtidos 37 resultados. Aplicando os critérios de inclusão e exclusão, somente 5 dissertações abordam a(s) temática(s) do

LD acessível: Santos (2017), Cunha (2017), Fulas (2017) Borges (2016), Anjos (2015).

Recorte 1:

Tabela 1: Resultados da pesquisa feita na base de dados BDTD.

Descrição: A tabela possui 6 linhas e 3 colunas. Na primeira coluna estão descritos os nomes dos autores. A segunda coluna apresenta os títulos dos trabalhos analisados. A terceira coluna mostra o ano em que o trabalho foi publicado.

Autor	Título	Ano
Silas Nascimento dos Santos.	O livro didático acessível nos anos finais do ensino fundamental: a audiodescrição (sic) de imagens estáticas como ferramenta empoderativa.	2017
Tatiana de Andrade Fulas	O livro acessível a cegos e surdos: as políticas públicas e o mercado editorial	2017
Neuma Cristina da Silva Andrade Cunha	A (não) Apresentação de Elementos da Composição Artística em Audiodescrições de Pinturas em Livro Didático Acessível: uma descrição à luz de modelo	2017
Tamires Coimbra Bastos Borges	DEFICIÊNCIA VISUAL: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio	2016
Daiana Zanelato dos Anjos	Da Tinta ao Braille: estudo de diferenças semióticas e didáticas dessa transformação no âmbito do Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa – CMU e do Livro Didático em Braille	2015

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDT.

Na base de dados da *Scielo*, nossas pesquisas obtiveram 6 resultados, dos quais 3 artigos se enquadravam nos critérios de inclusão estabelecidos acima: Silveira e Bonilla (2018), Cardoso e Martinez (2017), Eich *et al.* (2017). Os três trabalhos descartados abordavam questões como materiais didáticos alternativos para ensino de crianças com deficiência e temas relacionados a exclusão de crianças cegas no processo de alfabetização em uma escola inclusiva.

Recorte 2

Tabela 2: Resultados da pesquisa feita na base de dados *Scielo*.

Descrição: A Tabela possui 4 linhas e quatro colunas. Na primeira coluna estão descritos os nomes dos autores. A segunda coluna apresenta os títulos dos trabalhos analisados. A terceira coluna mostra o periódico em que o artigo foi publicado, e a quarta detalha o ano da publicação.

Autor(es)	Título	Periódico	Ano
Deise Mônica Medina Silveira e Maria Helena Silveira Bonilla	Audiodescrição das Imagens dos Livros Didáticos: uma proposta de análise comunicacional	Revista Educação Especial	2018

Fernanda Luísa de Miranda Cardoso e Silvia Alicia Martínez	A Campanha Nacional de Educação dos Cegos: uma leitura a partir da imprensa jornalística dos anos 1960 e 1970 -	Revista Brasileira de História da Educação	2017
Milena Scheid Eich., Lisiane OttSh e Luciana Santos Pinheiro.	Audiodescrição como Recurso de Acessibilidade no Livro Didático de Língua Inglesa	Trabalhos em Linguística Aplicada	2017

Fonte: *Scielo*.

Ao pesquisarmos os descritores selecionados, obtivemos 20 resultados. Aplicados os critérios de exclusão e inclusão, e descartando as pesquisas já identificadas através dos bancos de dados anteriores – BDTD e *Scielo* –, restaram 8 pesquisas, sendo 5 dissertações, 2 artigos e 1 e-book: Miranda (2020), Ribeiro (2019), Silva (2019), Lima (2018), Brito (2017), Bonfim (2016), Ramos (2015), Costa *et al.* (2014).

Tabela 3: Resultados da pesquisa feita na base de dados Google Acadêmico.

Descrição: A Tabela possui 9 linhas e quatro colunas. Na primeira coluna estão descritos os nomes dos autores. A segunda coluna apresenta os títulos dos trabalhos analisados. A terceira coluna mostra o tipo de pesquisa e a quarta detalha o ano da publicação.

Autor(es)	Título	Tipo de pesquisa	Ano
Gláucia Roxo de Pádua Souza Ribeiro	Possibilidades e limitações do uso do desenho universal para a aprendizagem em uma unidade didática	Dissertação	2019
Dayse Garcia Miranda	A Imagem Ilustrativa do Texto Literário no Livro Didático Adaptado em Libras: análise da apropriação do aluno surdo	Artigo	2020
Clélia Regina Ramos	Livro Didático Digital em Libras: Uma Proposta de Inclusão para Estudantes Surdos	Artigo	2015
Luciene Veloso Brito	O Livro Didático Digital De Língua Portuguesa/Libras: uma análise sob a noção da responsividade Bakhtiniana	Dissertação	2017
Leia Bezerra Bonfim	Análise das contribuições do livro didático digital em Língua Brasileira de Sinais (CD-ROM), Projeto Pitanguá – Ciências com Alunos Surdos do Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez do Estado de Roraima – CAS/RR	Dissertação	2016
Marcia Dias Lima	As Políticas de Acessibilidade dos Livros Didáticos em Libras	Dissertação	2018
Larissa Vendra-	Inclusão escolar para alunos cegos:	Dissertação	2019

mini Silva	acessibilidade ao conceito de Substância em um livro didático de Química em formato Daisy		
Lucila Maria CostiSantarosa, Débora Conforto e Maristela Compagnoni Vieira	Tecnologia e Acessibilidade: passos em direção à inclusão escolar e socio-digital	E-book	2014

Fonte: Google Acadêmico

Convém destacar que há uma grande quantidade de pesquisas relacionadas ao tema da Educação Especial e Inclusiva, em diversos dos seus aspectos, tais como: políticas públicas, escolarização, materiais e recursos didáticos, inclusão no ensino superior, entre outras temáticas. No entanto, no que concerne às pesquisas voltadas para análise de políticas públicas, principalmente no caso do nosso recorte, que é o LD acessível, em sua fase de implementação, ou seja, utilização em sala de aula, os estudos são escassos, conforme evidenciamos acima.

Dentre as pesquisas levantadas, destacamos os estudos de Anjos (2015), Borges (2016), que realizaram pesquisas voltadas para o Livro adaptado ao Braille. Anjos (2015) constatou que a transcrição do conteúdo do livro em tinta gerou incongruências no conteúdo e maior dificuldade de aprendizagem do aluno cego, além da falta de conhecimento do código braille por parte do professor. Borges (2016), por sua vez, ressalta que o quantitativo de Livros adaptados em Braille e Libras é insignificante se comparado ao acervo de alunos se deficiência, evidenciando o caráter exclusivo das políticas públicas.

Os trabalhos de Eich *et al.* (2017), Silveira e Bonilla (2018) e Santos (2017), que pesquisaram o recurso de audiodescrição no LD acessível, obtiveram resultados que convergiram para o sentido de que a audiodescrição das imagens do LD estimulam e auxiliam no processo de aprendizagem do aluno cego por meio da compreensão.

3. *Considerações finais*

A importância de um livro didático adaptado, seja em Libras ou Braille, se dá na medida em que transforma o aluno em sujeito do seu próprio aprendizado. O aluno surdo passa de mero espectador, observador de um mundo sem som a sua volta, para um sujeito participante, com a valorização de sua língua, identidade e cultura. No caso de um aluno com deficiência visual, ele passa de um ouvinte para um aluno partici-

pante do processo de ensino e aprendizagem, permitindo-lhe contato com a língua e transformando-se em sujeito de sua própria leitura.

A inclusão através do LD acessível acontece quando todos os alunos têm acesso aos mesmos conteúdos em sala de aula. Para isso, as políticas públicas são fundamentais para corrigir as desigualdades existentes no sistema escolar.

Nessa perspectiva, constatamos que os dispositivos legais são escassos e muito há o que progredir no que concerne ao debate da acessibilidade ao ensino por meio do livro didático adaptado. Por ser, em muitos casos, o único instrumento de ensino utilizado em sala de aula pelo(a) professor(a), compreendemos a necessidade de se empreender pesquisas que visem a avaliar as políticas do LD acessível na sua fase de implementação, ou seja, na sua utilização prática em sala de aula, de forma que deem a conhecer às autoridades competentes o que deve ou não ser melhorado, reformulado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Daiana Zanelato dos. *Da Tinta ao Braille: estudo de diferenças semióticas e didáticas dessa transformação no âmbito do Código Matemático Unificado para a Língua Portuguesa CMU e do livro didático em braille*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135381>.

BRASIL. *Decreto nº 93*, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.006*, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. *Lei nº 10.753*, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm.

BRASIL. *Lei nº 7.084*, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm.

BRASIL. *Decreto 13.146* de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

BRASIL. *Decreto 9.099* de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm

BRASIL. *Decreto 10.502* de 30 de setembro de 2020. Política Nacional de Educação Especial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm

BARBOSA, Paula Marcia, *et al.* Inclusão Escolar: o sistema Braille na adaptação de livros didáticos e paradidáticos. *Anais do I Seminário Internacional de Inclusão escolar: práticas em diálogo*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 21 a 23 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/18-barbosa_et_al.pdf

BONFIM, Leila Bezerra. *Análise das contribuições do livro didático digital em Língua Brasileira de Sinais (CD-ROM), Projeto Pitangui – Ciências com Alunos Surdos do Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez do Estado de Roraima – CAS/RR*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Roraima, 2016. Disponível em: <http://uerr.edu.br/ppgec/wp-content/uploads/2017/08/DISSERTA%20C3%87%C3%83O-2016-LEILA-BEZERRA-BONFIM.pdf>

BORGES, Tamires Coimbra Bastos. *Deficiência Visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio*. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2016. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/1236>.

BRITO, Lucienne Veloso. *O Livro Didático Digital de Língua Portuguesa/Libras: uma análise sob a noção da responsividade bakhtiniana*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia,

2017<http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2017/07/LUCIENNE-VELOSO-BRITO.pdf>.

CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda; MARTINEZ, Silvia Alicia. A Campanha Nacional de Educação dos Cegos: uma leitura a partir da imprensa jornalística dos anos 1960 e 1970. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, v. 19, e 051, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/43372>.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo *et al.* *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. 2007. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10614>.

CHOPPIN, Alan. História dos livros e das edições didáticas sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, p. 549-66, set/dez. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>.

CORACINI, Maria José R. Faria. O Livro Didático nos Discursos da Linguística Aplicada e da Sala de Aula. In: CORACINI, Maria José R. Faria (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do Livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas-SP: Pontes, 1999.

CUNHA, Neuma Cristina da Silva Andrade. *A (não) apresentação de elementos da composição artística em audiodescrições de pinturas em livro didático acessível: uma descrição à luz de modelo sistêmico-funcional*. 2017. 156 f. Dissertação – Universidade Estadual do Ceará, , 2017. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83137>

EICH, Milena Schneid; SCHULZ, LisianeOtt; PINHEIRO, Luciana Santos. Audiodescrição como recurso de acessibilidade no livro didático de língua inglesa. *Revista Trabalhos Linguística Aplicada*, v. 56, n. 2, p. 443-59, Campinas, ago 2017 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132017000200007&lng=en&nrm=iso

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. AsAções da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894675_ARQUIVO_Textocompleto-anpuh-JulianaFilgueiras.pdf.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. *Estado da Arte do Livro Didático no Brasil*. Brasília-DF: Educ. Inep. 1987

FULAS, Tatiana de Andrade. *O livro acessível a cegos e surdos: as políticas públicas e o mercado editorial*. 2017. 167 f. Dissertação – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19692>. Acesso em 20 de out de 2020.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Revista de Educação Especial*, v. 32, n. 02, 2007. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/a5.htm>

LIMA, Márcia Dias. *As políticas de acessibilidade dos livros didáticos em libras* [recurso eletrônico]. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018. Disponível: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24758>

MIRANDA, Dayse Garcia. A imagem ilustrativa do texto literário no livro didático adaptado em libras: análise da apropriação do aluno surdo. *Revista Araticum*, v. 21, n. 01, p. 22-36, 2020. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/2729>

RAMOS, Clélia. Regina. Livro Didático em Libras: Uma Proposta de Inclusão para Estudantes Surdos. Centro Virtual De Cultura Surda, *Revista Virtual De Cultura Surda*. Editora Arara Azul Ltda. Edição Nº 11, 2013. Disponível em: <http://editora-araraazul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/1%29%20Ramos%20REVISTA%2011.pdf>.

RIBEIRO, Gláucia Roxo de Pádua Souza. *Possibilidades e limitações do uso do desenho universal para a aprendizagem em uma unidade didática*. 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4164>

SANTOS, Silas Nascimento dos. *O livro didático acessível nos anos finais do ensino fundamental: a áudio-descrição de imagens estáticas como ferramenta empoderativa*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. 2017 Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25936>.

SILVA, Alliny Kássia da. *Políticas públicas de educação inclusiva e o papel da Universidade Federal do Tocantins para a formação de professores para o ensino de pessoas com deficiência*. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/94>

SILVA, Larissa Vendramini da. *Inclusão escolar para alunos cegos: acessibilidade ao conceito de Substância em um livro didático de Química em formato Daisy*. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182829>

SILVA, Wagner Rodrigues, *et al.* O que são materiais didáticos? Uma abordagem na Linguística Aplicada. In: SILVA, Wagner Rodrigues; SANTOS, Janete Silva dos; MELO, Márcio Araújo de (Orgs). *Pesquisas em Língua(gem) e Demandas do Ensino Básico*. Campinas-SP: Pontes, 2014.

SILVEIRA, D.; BONILLA, M. Audiodescrição das imagens dos livros didáticos: uma proposta de análise comunicacional. *Revista Educação Especial*, 32 e 16, p. 1-15, 2018. Disponível: <https://periodicosufsm.br/educacaoespecial/article/view/27720>.